

O PROTAGONISMO DO MST NA AFIRMAÇÃO DE UM ITINERÁRIO PEDAGÓGICO TRANSFORMADOR: REFLETINDO SOBRE AS MATRIZES PEDAGÓGICAS DO MST

MONALIZA MEIRA SIMÕES. UESB/Jequié, Brasil, Email:
monasimoes11@gmail.com

TÂNIA REGINA BRAGA TORREÃO SÁ. UESB/Jequié, Bahia, Email:
taniatorreao68@hotmail.com

Eixo VI – Educação, Movimento Estudantil e Movimentos Populares: ações político-pedagógicas em ambientes não escolares.

RESUMO: Este texto, tomando a Pedagogia do Movimento Sem Terra – MST enquanto referência, tem o objetivo de refletir sobre o protagonismo desse (movimento social), na afirmação de um itinerário educacional transformador. No empenho de promover, então, reflexões inicializadoras sobre o debate, realizaremos uma breve discussão acerca da “natureza” da educação “do” campo, termo aliás cunhado pelo MST, evidenciando questões propostas nas 5 (cinco) principais matrizes que orientam as concepções pedagógicas fundamentais para esse movimento: “a pedagogia da luta social”; “a pedagogia da organização coletiva”; “a pedagogia da terra”; “a pedagogia da cultura” e a “pedagogia da história”. Discutiremos a integridade epistemológica proposta por essa pedagogia, além de incorporarmos à discussão o debate sobre as estratégias adotadas pelo MST para redimensionar e “revolucionar” a escola do campo brasileira.

PALAVRAS-CHAVES: MST; Matrizes Pedagógicas do MST; Escola do MST.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO PESQUISADO

A educação do campo se revela como um movimento pedagógico constante na atual realidade educacional brasileira, movimento esse que é protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas respectivas organizações. O que a educação do campo tem por intuito revelar, é a influência da política de educação brasileira, a partir da sobrelevação dos interesses sociais das comunidades campesinas, cujos objetivos remetem a questões sobre o trabalho, a cultura, as lutas sociais dos camponeses e o embate de classe.

Por esses compromissos políticos, Roseli Salete Caldart (2012) evidencia que a educação do campo é um “conceito em construção”, conceito esse que não se descola do movimento da realidade concreta que o produziu e que já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras determinações.

Tomando as matrizes pedagógicas do MST (CALDART, 2000) enquanto objeto investigado, o objetivo desse trabalho é refletir sobre o protagonismo da Pedagogia do MST, na afirmação de um itinerário educacional transformador. No empenho de promover, então, reflexões inicializadoras sobre o debate, realizaremos uma breve discussão acerca da “natureza” da educação “do” campo, para isso pondo em relevo questões propostas nas 5 (cinco) principais matrizes que orientam as concepções pedagógicas fundamentais para esse movimento, a saber: “a pedagogia da luta social”; “a pedagogia da organização coletiva”; “a pedagogia da terra”; “a pedagogia da cultura” e a “pedagogia da história”. Discutiremos a integridade epistemológica proposta por essa pedagogia, além de incorporarmos à discussão o debate sobre as estratégias adotadas pelo MST para redimensionar e “revolucionar” a escola do campo brasileira.

Entendendo então, que dentro da educação do campo, evidencia-se o protagonismo dos movimentos sociais camponeses, na luta pela afirmação de um itinerário pedagógico transformador, essa pesquisa se justifica também porque, sintetiza o esforço inicial dos autores, em refletir sobre o que é educação do campo, como parte de um escopo de conhecimentos a ser construído para pensar o tema da pesquisa de iniciação científica intitulada *Memória, trabalho e educação. Estudos sobre a solução geográfica da multisseriação na escola do/no campo*, e financiada com bolsa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Toda proposta de educação se fundamenta, de maneira mais ou menos coerente, num determinado projeto político e numa concepção de mundo, ainda que nem sempre essa manifestação seja colocada explicitamente.

O modelo de produção hegemônico da educação “no” campo/educação no meio rural, ao contrário da educação “do” campo, reifica interesses hegemônicos capitalistas, ao naturalizar o processo de exploração do homem pelo homem, a exploração da natureza pelo homem, a degradação do meio ambiente e além disso, reforça a apropriação privada dos

meios de produção e dos resultados do trabalho camponês. A estratégia pedagógica do MST, e por conseguinte, da educação do campo, no entanto, procura enfrentar diretamente esse modelo, resistindo a penetração dos interesses capitalistas dentro da escola. E mais ainda, instaura por meio de fundamentos pedagógicos socialistas, traduzidos na forma de 5 matrizes, o ensejo de revolucioná-la, instando revoluções e um itinerário transformador na educação e na sociedade.

Os fundamentos teóricos e metodológicos do MST se vinculam, portanto, aos princípios filosóficos e pedagógicos da Pedagogia do Movimento Sem Terra, cuja sistematização é fruto da reflexão sobre a sua *práxis* política educativa, estruturada a partir de três concepções epistemológicas fundamentais: a Pedagogia Socialista, a Educação Popular e o materialismo histórico dialético. Com base nesses 3 fundamentos, o educando é concebido, nos processos de formação, como sujeito histórico e protagonista da própria *práxis*, um ser que cria e estabelece relações sociais em interlocução com a natureza e com o movimento histórico, dialético e contraditório de seu modo de vida social.

Baseando-se, então, nesses fundamentos, Caldart (2000) organiza as principais matrizes pedagógicas que orientam o trabalho dentro das escolas do MST, a saber: “a pedagogia da luta social”; “a pedagogia da organização coletiva”; “a pedagogia da terra”; “a pedagogia da cultura” e a “pedagogia da história”.

Acerca da 1^a matriz, a pedagogia da luta social, pode-se dizer que a formação dos “sem terra” nos remete a um processo de fazer-se humano na história que está produzindo e sendo produzido em um movimento de luta social ininterruptamente. Esse movimento de luta social se constitui como parte de um movimento sociocultural mais amplo, mesmo sem que os sem terra tenham plena consciência disso. É um movimento social que inclusive, extrapola interesses corporativos e projeta novos contornos para a vida em sociedade: a revolução socialista.

Nesse contexto, entende-se que os “sem-terra” do MST estão vindo se constituindo historicamente enquanto sujeitos de um movimento que acaba pondo em questão o modo de ser da sociedade capitalista atual e a cultura que ela reproduz e consolida. Fazem isto não porque professam ideias revolucionárias e nem porque este seja o conteúdo de cada uma de suas ações tomadas em si mesmas. Contestam a ordem social pelo conjunto (contraditório) do que fazem nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos; pelo jeito de ser de sua coletividade que projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual; fazem isto, sobretudo, pelo processo de humanização que representam, e pelos novos sujeitos que põem em cena na

história do país.

Acerca da 2^a matriz, a pedagogia da organização coletiva, a trajetória do MST foi sendo desenhada pelos desafios de cada momento histórico. À medida que os “sem terra” se enraízam na organização coletiva que os produz como sujeitos, passam a viver experiências de formação humana encarnadas nesta trajetória. Mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, toda vez que toma parte das ações do movimento, fazendo uma tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir esta trajetória e a identidade “sem terra” que lhe corresponde; e está se transformando e se reeducando como ser humano.

Tornar consciente e refletir acerca deste processo é um dos grandes desafios pedagógicos do MST, e uma das razões de valorizar cada vez mais as atividades específicas de educação. Sem isto, os novos sujeitos sociais não conseguirão se tornar sujeitos políticos, capazes de efetivamente fazer diferença no desenrolar da luta de classes, e na reconstrução de nosso projeto de humanidade.

Entende-se, por isso mesmo que, não há como ser um sujeito político sem saber-se um sujeito social, e não há como saber-se um sujeito social, coletivo, sem compreender-se no processo histórico da luta e da formação de seus sujeitos.

Acerca da 3^a matriz, a pedagogia da terra, essa propõe um desafio à reflexão sobre os grandes problemas que se colocam aos seres humanos nas sociedades atuais.

As reflexões que se fazem têm, sobretudo, um caráter antropológico e ético. Antropológico porque se trata de promover uma nova concepção de homem que, inserido no cosmos, se questiona sobre o sentido da vida, que, por sua vez, não está separado do sentido do Planeta; ético, porque os novos princípios reguladores da atividade humana terão de se basear num novo paradigma que tenha a terra como fundamento e centro. A mudança de paradigma terá, por certo, implicações na Educação.

A Pedagogia da Terra, ou Ecopedagogia, entendida como movimento pedagógico, como abordagem curricular e como movimento social e político, representa um projeto alternativo global que tem por finalidades, por um lado, promover a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida quotidiana e, por outro, a promoção de um novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico.

A educação para a cidadania planetária implica uma revisão dos nossos currículos, uma reorientação da nossa visão do mundo, da educação como espaço de inserção do indivíduo, não numa comunidade local, mas numa comunidade que é, ao mesmo tempo, local e global. Uma cidadania planetária é, por essência, uma cidadania integral, portanto, uma cidadania ativa e plena o que implica, também, a existência de uma democracia planetária.

Acerca da 4^a matriz, a pedagogia da cultura, pode-se dizer que ela brota do modo de vida produzido e cultivado pelo Movimento, do jeito de ser e de viver dos Sem Terra, do jeito de produzir e reproduzir a vida, da mística, dos símbolos, dos gestos, da religiosidade, da arte...

A pedagogia da cultura contempla outras dimensões, entre elas, a pedagogia do gesto, que é também pedagogia do símbolo e pedagogia do exemplo.

Realiza-se pela exploração das ferramentas produzidas pela humanidade ao longo dos anos, pois elas expressam a memória e revelam a história da vida humana. E a pedagogia do gesto refere-se às relações estabelecidas dialogicamente, pois as pessoas aprendem a fazer e a ser, observando como os outros fazem ou como são.

Para os educandos, os educadores são as referências, e em vista disso, numa escola do MST é importante resgatar os símbolos e as ferramentas de trabalho e de luta, a mística do movimento, para fazer do tempo de escola, um tempo onde os educandos possam refletir muito sobre as várias dimensões da sua vida, de sua família, e também da grande família chamada sem terra.

A pedagogia da cultura, Caldart (2000) pontua que diferentemente da cultura burguesa cuja base é o individualismo e a base da cultura da classe trabalhadora é a coletividade. Afirma, também, que ela está presente nas outras matrizes pedagógicas, pois há cultura na pedagogia da luta, na pedagogia da organização coletiva, na pedagogia da terra e da produção e na pedagogia da história. Nesse sentido, é possível encontrar as marcas educativas do Movimento na produção cultural dos sem terra nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, nos cursos de formação, nas escolas, nas relações sociais, do jeito de produzir e reproduzir a vida por meio da mística, dos símbolos, dos gestos, da religiosidade, da arte.

Acerca da 5^a matriz, a pedagogia da história, ela brota do cultivo da memória e da do sentido da história e da percepção de ser parte dela, não apenas como resgate de significados, mas como algo a ser cultivado e ser produzido.

O cultivo da memória por meio do exercício místico não se limita a conhecer meramente o próprio passado, mas torná-lo uma experiência além do racional, pois está entranhada em todo ser humano.

Fazer uma ação simbólica em memória de um companheiro que tenha tombado na luta, ou de uma ocupação que tenha dado início ao movimento em algum lugar, é educar-se para sentir o passado como seu, e portanto como uma referência necessária às escolhas que tiver que fazer em sua vida, em sua luta; é também dar-se conta de que a memória é uma experiência coletiva: ninguém ou nada é lembrado em si mesmo, descolado das relações

sociais interpessoais.

Essa pedagogia é desenvolvida no MST com os seguintes objetivos: resgatar permanentemente a memória do MST, da luta dos pequenos agricultores e da luta coletiva dos trabalhadores do Brasil e no mundo; ajudar os “sem terrinha” a perceber nesta memória, suas raízes e a se descobrir como sujeitos.

A pedagogia da história colocada em movimento pela busca da valorização do passado e o relacionamento desse com o presente e o futuro possibilita a formação dos sujeitos. Caldart destacou dois componentes específicos que se combinam na intencionalidade pedagógica do MST os quais são o cultivo de sua memória e o conhecimento da história mais ampla. O conhecimento e a compreensão da história alteram a própria perspectiva do cultivo da memória de um grupo específico.

METODOLOGIA

A construção deste trabalho se deu a partir do interesse em submeter um artigo ao Eixo VI – *Educação, Movimento Estudantil e Movimentos Populares: ações político-pedagógicas em ambientes não escolares* do 37º Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ENEPE) que neste ano de 2017 irá acontecer em Petrolina, Pernambuco.

A partir de então, com a orientação da Prof.^a Dr.^a Tânia Regina Braga Torreão Sá, com quem eu já havia escrito um ensaio acerca do MST, e que é também a minha orientadora no programa de iniciação científica no Campus da UESB/ Jequié, deu-se início a fundamentação teórica e construção do presente trabalho.

Na fase aonde se encontra, a pesquisa realizada neste trabalho, pode ser classificada como uma pesquisa de cunho exploratório, pois até momento ainda não foram realizadas experiências em campo, sendo assim, uma construção especificamente bibliográfica.

Em termos procedimentais, e em vista mesmo do estágio inicial aonde se encontra, portanto, investimos na pesquisa exploratória, pois entendemos que esse tipo de pesquisa proporciona maior familiaridade com o problema a ser investigado, a saber: quais formas de protagonismo se instaura na pedagogia do MST, permitindo afirmar que esse propõe um itinerário pedagógico transformador.

Futuramente, realizaremos outros levantamentos bibliográficos, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Esta opção sendo feita a partir da necessidade de compreender o objeto de estudo desde o seu passado, ainda assim apreendendo a sua constante transformação e evolução.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho tem o intuito de demonstrar o protagonismo dos movimentos sociais do campo e a sua afirmação com um itinerário pedagógico transformador da realidade do campo e dos seus sujeitos, gerando uma reflexão específica acerca do MST.

Com base na concepção marxiana, comprehende-se que o ser humano se produz elaborando o novo por mediação de sua atividade vital e, por isto, ele mesmo vai assumindo constantemente novas características.

No trabalho humano há sempre algo de novo, que não existe na atividade dos outros animais. A formação humana, nesse sentido, se dá na produção material da existência por intermediação da atividade humana, pois “[...] o homem só conhece aquilo que é objeto de sua atividade, e conhece porque atua praticamente [...]” (KUENZER, 2002).

Entendemos, por isso mesmo que, em função do trabalho, produzimo-nos como sujeitos sociais e culturais. Também consideramos que, as formas como produzimos a vida material nos produzem, produzem o modo como trabalhamos, como nos formamos ou deformamos. O trabalho, para ser educativo, exige reflexão sobre o que se faz, como se faz, por que se faz assim ou por que se organiza o trabalho deste e não de outro modo.

Além disso, é preciso considerar que as relações sociais de produção capitalistas assumem a forma histórica do trabalho alienado. Para o Projeto Político e Pedagógico (PPP) do MST coloca-se, portanto, o desafio permanente de superação da alienação do trabalho.

A partir desse entendimento, a escola, enquanto centro de formação humana buscaria organizar o trabalho de forma que as relações sociais sejam alteradas, proporcionando a desconstrução de algumas concepções: o trabalho na escola não é pago em dinheiro, todos e todas na escola e no MST devem e precisam trabalhar, todos se beneficiam coletivamente do resultado do trabalho, o trabalho realizado é voluntário e necessário para a construção da coletividade (LIMA, 2011).

A dimensão educativa do trabalho está relacionada à categoria formação integral, politécnica ou tecnológica que, na acepção marxiana “[...] inclui a articulação entre conhecimentos do trabalho em si e das formas de gestão e organização do trabalho, sem o que não é possível a participação nas decisões sobre as relações de trabalho” (CALDART, 2009, p. 7).

As práticas de educação do campo se movem em torno das contradições do quadro atual das relações intrínsecas entre campo, educação e políticas públicas. Assim como o

enfrentamento das políticas neoliberais para a educação e para a agricultura do trabalhador do campo como uma questão de sobrevivência.

Os sujeitos do campo exercem o direito de pensar a pedagogia a partir de uma realidade específica, porém não focam apenas em si mesmos.

A escola é o principal objeto das lutas e reflexões pedagógicas da educação do campo por representar no desafio de formação dos trabalhadores e na mediação da apropriação e produção do conhecimento necessário as relações sociais perversas que sua ausência no campo reflete e sua conquista confronta.

A educação do campo afirma que não deve ser o estado o educador do povo a partir da prática dos movimentos camponeses que buscam através das suas práticas sociais e pedagógicas, imbuídas na intencionalidade de reafirmação da sua própria cultura, subverter a lógica impositiva que pauta a compreensão do que é educação.

As lutas e as práticas da educação do campo defendem a valorização do trabalho do educador e a sua atuação na formulação pedagógica e nas transformações da escola, assim como confronta a lógica imposta que veta os trabalhadores do campo do acesso pleno a educação básica, acreditando que só a partir da passagem por este confronto e sua resolução se faz possível a superação do capitalismo.

CONCLUSÕES

A educação do campo resgata o vínculo essencial entre a formação humana e a produção material da existência quando concebe uma educação guiada a direção dos novos padrões de relações sociais através dos vínculos com novas formas de produção, com o trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos e com as lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesse processo.

Anexado a educação do campo e a atuação dos movimentos sociais que lutam em prol da mesma, encontra-se a educação do MST. A articulação de uma educação para o MST se deu quase que ao mesmo tempo em que iniciou a luta pela terra e teve como principal motivação as crianças presentes no movimento dos “sem terra”, os “sem terrinha”. Entretanto, após a articulação que garantiria o ensino fundamental para as crianças e adolescentes do MST que se deu no início da década de 1980, na década de 1990 surgiu a necessidade da alfabetização e educação dos jovens e adultos presentes no movimento, e hoje a preocupação está em torno da garantia de uma educação universitária para os componentes do MST.

A pedagogia construída pelo MST, contrária ao modelo urbano, pensado a partir dos valores e princípios do homem da cidade, prioriza a construção do conhecimento a partir do que o camponês quer para si e da sua própria realidade, levando em conta as prioridades e especificidades do homem do campo, constituindo assim uma realidade transformadora. É através da coletividade e da autonomia que a pedagogia do “sem terra” se constitui, afirmando-se como uma pedagogia transformadora e eficaz. A “pedagogia do movimento” carrega esse nome por acionar o movimento como princípio educativo, pautando a luta social como base da educação dos “sem terra” e a misturando com outros processos básicos que auxiliam na formação do ser humano, tais como: o trabalho e a construção das relações sociais do campo, a cultura, a história e o estudo.

É indispensável a presença de movimentos sociais no campo para que, a partir de então, seja possível realizar a defesa de uma educação do campo e para o campo, sustentada no reconhecimento da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras que tem resistido para continuar produzindo sua vida no espaço campestre. É com o alicerce desses movimentos sociais que é possível se pensar um projeto de educação do campo, pressupondo a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais.

A educação do campo ganha um novo sentido, quando associada a um movimento social que defende a educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo (VENDRAMINI, 2007).

A pesquisa encontra-se ainda em estágio de exploração e fundamentação bibliográfica tendo-se em vista a significação da leitura como material primário e essencial na construção de um trabalho de natureza acadêmica. Sendo assim, até o momento, as pesquisas realizadas em torno do objeto de estudo do vigente artigo foram de cunho exclusivamente literário.

Os resultados obtidos através das pesquisas realizadas a partir dos documentos traçados em torno do objeto de estudo, demonstram de forma nítida o histórico, objetivos e ação dos movimentos sociais campesinos, e como eles se afirmam enquanto um itinerário pedagógico transformador.

No seu movimento constante de lutas pela transformação da realidade educacional, específicas das áreas de Reforma Agrária, a Educação do Campo se mostra empenhada em influenciar a política de educação a partir dos seus próprios interesses, revelando-se assim como uma prática social. Se organizando em torno da educação ela se propõe a lutar também pela Terra, pelo direito ao trabalho, a cultura, a alimentação e a uma vida mais digna e é a partir dessa proposta que se dá a sua estreita relação com os movimentos sociais de trabalhadores.

Afirmando que não deve ser o Estado o educador do povo e reivindicando a partir da prática de uma educação que busca através da suas práticas sociais e pedagógicas - imbuídas na intencionalidade de reafirmação da sua própria cultura onde se resgata o vínculo essencial entre a formação humana e a produção material da existência, quando se concebe uma educação guiada a direção dos novos padrões de relações sociais através dos vínculos com novas formas de produção, com o trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos e com as lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesse processo - a Educação do Campo tenta subverter a lógica impositiva que pauta a compreensão do que é educação. As práticas desse novo modelo de educação se movimentam ao redor das contradições das relações entre campo, educação e políticas públicas.

Junto a educação do campo encontra-se a Educação do MST que pauta a “Pedagogia do Movimento” e demonstra o seu potencial como itinerário pedagógico transformador ao corporificar uma educação do campo e para o campo priorizando a coletividade e, ao mesmo tempo, respeitando a individualidade do homem do campo. Concebendo assim uma educação que valoriza, integra e reafirma o campo de conhecimento do camponês como um campo de conhecimento íntegro.

Portanto, na realidade da escola do campo esses itinerários se realizam em melhores condições baseando-se no emprego de métodos – materialismo histórico dialético – e concepções mais críticas sobre o papel da escola e da educação – a educação então é entendida enquanto expressão da realidade concreta em que o aluno e o professor vivem.

As “pistas” que afirmam o potencial transformador da pedagogia dos movimentos sociais campesinos, se reificam a partir da inversão de papéis de quem as concebe. Não o Estado, pois, que em sua intencionalidade controladora condiciona as políticas públicas, até no esforço de garantir uma harmonia mínima do pacto social, mas o camponês que pensa a escola que quer para si e para a sua progenitura.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. Educação do campo. In CALDART, R.S; PEREIRA I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 257-264

_____. R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra:** escola é mais que escola. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. R.S. **Educação do campo:** notas para uma análise de percurso. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.7 n.1, p. 35-64, mar/jun. 2009.

KUENZER, A. Z. Trabalho pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** Campinas: Papirus, 2002.

LIMA, M. S. **Tensões e conflitos em torno da luta pela terra.** Estudo das comissões parlamentares de inquérito no Brasil. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

VENDRAMINI, C. R. **Educação e trabalho:** reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n.72, p. 121-135, maio/ago. 2007.